



IN/ EXCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS¹

Aline Cristian Guimarães Azevedo²

INTRODUÇÃO

A inclusão e exclusão social com relação aos indivíduos com alguma deficiência foi tema proposto com importância ao pensar sobre a trajetória dos denominados deficientes e como lidaram com essa questão no ambiente escolar brasileiro. Inúmeros fatores fizeram importância para que este tema fosse tratado de maneira com relação ao ambiente escolar, pois pelo fato do anseio de uma sociedade mais democrática e igualitária, foram criados mecanismos para que houvesse uma inclusão escolar daqueles marginalizados socialmente, pois a educação é pautada como um referencial para um desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento da sociedade humana.

Assim Charlot (2001, p. 56 e 57) exemplifica de que,

A cria da espécie humana não se torna homem se não se apropriar, com a ajuda de outros homens, dessa humanidade que não lhe é dada no nascimento, que é, no início, exterior ao indivíduo. A educação é essa apropriação do humano por cada indivíduo. A educação é hominização.

Sendo apropriação por parte do indivíduo, a educação é vista como um direito fundamental de todos, proclamado em legislações de vários países e em nosso país, o foco desta análise. Entre outras, o ambiente escolar, sendo como formação educativa dos indivíduos, pode proporcionar e impulsionar transformações à cerca dos que de alguma forma, são largados à margem do sistema, fazendo com que estes grupos sejam foco de análise de políticas sociais para inclusão e importância de se pensar uma efetividade real da educação para todos, esta deliberada desde a essência liberal com o pilar delineado sobre igualdade.

¹ Artigo desenvolvido como atividade do projeto de extensão LENPES (Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa de Sociologia).

² Graduada em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina. Contato: aline_kalini@hotmail.com.

Não somente pensar a questão da educação dos indivíduos necessidades educacionais especiais em nível de políticas públicas que impulsionam a inclusão, mas pensar de que a educação em si é um ato coletivo, onde professor, funcionários e os próprios alunos fazem parte deste contexto, sendo o trabalho de todos para que exista tal igualdade no ambiente escolar.

É desta forma, que a proposta realizada no Colégio Estadual José Aloísio Aragão, teve como intento impulsionar o pensamento para a importância da deficiência, os denominados “diferentes” no processo histórico das sociedades. Fazendo com que os alunos analisassem que a responsabilidade de tal inclusão não é exclusiva de políticas voltadas para estes, mas que todos podem de alguma forma adquirir conscientização e problematizar se a igualdade proclamada e as instituições praticam conforme requerido.

Para tal abordagem sobre inclusão e exclusão, foi de extrema importância percorrer teoricamente sobre o processo histórico dos denominados “diferentes” em épocas distintas, para assim entender como as sociedades se portaram com o aparecimento de diferenças entre os indivíduos. Diferenças estas que proporcionaram a exclusão social dos indivíduos com alguma deficiência, pelo fato de não se adequarem a padrões sociais como qual cada sociedade estabeleceu.

Após estabelecer uma contextualização histórica que engloba o mundo, percorrerei a situação da Educação Especial no Brasil, seus marcos históricos fundamentais e criações de instituições para atendimento dos alunos com alguma necessidade educacional especial, assim analisando a realidade deste país que modela a necessidade de inclusão social nas escolas, criando a partir disso uma necessidade de reflexão sobre a evolução histórica desse direito na sociedade brasileira e os interesses dessas políticas sociais inclusivas.

Pensar o histórico é pensar de como os indivíduos, os atores sociais, se portaram, como construíram a existência no interior das sociedades, em várias fases históricas, em cada tipo de produção de uma sociedade, ou seja, que lugar cada indivíduo ocupa no processo produtivo da existência?

CONTEXTO HISTÓRICO DOS DETERMINADOS “DIFERENTES”

No decorrer da existência humana, a perspectiva social sofreu mudanças com relação aos indivíduos com alguma deficiência, pois nem sempre foram as mesmas até

pelo desenvolvimento de organização das sociedades e conforme a necessidade do ser humano. Para entender a forma de como foram tratados e como isto resultou no encaminhamento escolar, o contexto histórico em diferentes épocas se fizeram importante nesta análise, de como estes os indivíduos com alguma deficiência produziram sua existência. Foi percorrido pelos processos que podemos considerar pré-histórico este determinado pelo processo de produção primitivo, no período escravocrata, período feudal e por final o processo de produção capitalista.

Primeiramente pelo processo pré-histórico, ou primitivo, baseava-se em uma seleção natural dos indivíduos, pelo fato das comunidades usarem o método de sobrevivência na caça e na pesca, ou seja, o indivíduo que apresentasse algum tipo de deficiência era rejeitado da comunidade. A lei que regia dentro de uma comunidade primitiva se baseava na ajuda mútua da caça e da pesca, como Bianchetti (1998, p.28) evidencia, "Utilizando uma linguagem dos dias atuais, podemos afirmar que nas sociedades primitivas, quem não tem competência não se estabelece", ou seja, sem esta ajuda coletiva com a comunidade, seria rejeitado, tratando assim as diferenças sem culpa alguma resultando em uma normalidade de que certas tribos se desfizessem das crianças com alguma deficiência, pois somente os mais fortes sobreviviam, até pelo ambiente ser desfavorável e representava um fardo para o grupo.

No processo pré-histórico ou primitivo assim como na Antiguidade, Honora e Frizanco (2008, p.12) identificam o tratamento aos deficientes, que sucedeu como forma de,

[...] extermínio, por serem consideradas grave empecilho à sobrevivência do grupo, já que não podiam cooperar nos afazeres diários; proteção e sustento, para ganhar a simpatia dos deuses, por gratidão, em reconhecimento aos esforços daqueles que se mutilavam na guerra. (HONORA E FRIZANCO, 2008, p.12).

Na Antiguidade, a idéia do ideal de perfeição fez com que os deficientes fossem tratados como verdadeiras aberrações, contendo dois pólos bastante contraditórios, um sinal de presença dos deuses ou presença de demônios, "ou algo da esfera supra-humano ou do âmbito do infra-humano" como explica Amaral (1994, p.14). Na Roma Antiga, era normal a eliminação dos filhos com alguma deficiência pelos patriarcas, contendo a Lei das XII Tábuas que autorizava para tal ato. Não diferente em Esparta, com o ideal de perfeição que permeava a Antiguidade, pelo fato da dedicação às guerras, houve uma valorização da ginástica, a dança, a estética, uma perfeição do corpo, a

beleza e a força acabaram se tornando um objetivo. A criança ao nascer com deficiência, fora dos padrões do ideal era eliminada, praticando-se assim eugenia radical.

Segundo Pessoti (1984, p.3);

De todo modo, é sabido que em Esparta crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sócio-cultural de Esparta e da Magna Grécia.³

A padronização do corpo no ideal espartano é referida à mitologia grega, denominado leito de Procusto dos espartanos. De aspecto irracional, o mito condizia com que o Procusto definia o padrão de corpo dos prisioneiros conforme seus dois leitos de ferro, se os indivíduos não fossem do mesmo tamanho que seus leitos, ele acabara por amputar para uma melhor colocação destes no leito. Assim como Bianchetti (1995, p.8) descreveu,

[...] O leito era a medida. A partir desse padrão pré-estabelecido, os corpos que não se adequavam à medida sofriam uma intervenção, isto é, os menores eram espichados, os maiores, amputados. O importante era salvaguardar a medida prévia, o padrão.

Já na Idade Média, fase de influência do Cristianismo sobre a sociedade e também conhecido como o período feudal, o paradigma da era grega que denominava corpo/mente, na era cristã era considerada como corpo/alma, judaísmo-cristão. Sabemos que o cristianismo libera a idéia sobre a salvação das almas, neste aspecto, os indivíduos com alguma deficiência eram considerados pecadores por portarem alguma diferença biológica e física, resultando em uma estigmatização. A igreja católica explicava a existência de cegos, mudos, paráliticos, loucos e leprosos como instrumentos de Deus para alertar os homens e as mulheres sobre comportamentos inadequados, assim a “desgraça” de uns proporcionava meios de salvação a outros (BIANCHETTI, 1998, p.30).

A rígida idéia corpo/alma que definiu os indivíduos com alguma deficiência como pecadores, fez com que cada vez mais a estigmatização fosse internalizada na sociedade cristã. Como por exemplo, na Bíblia, uma passagem narrada por João, 9:2, ao verem um cego, os discípulos perguntaram para Jesus: “Mestre, quem pecou, este ou os seus pais para que nascesse cego?” (BIANCHETTI, 1998, p.32).

Mazzotta (2005, p. 16) também exemplifica que,

³ Refere-se ao sul da Península Itálica, colonizada na Antiguidade pelos Gregos.

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a idéia de condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana.

Muitos exemplos de estigma são tratados com normalidade na Bíblia com relação aos indivíduos com alguma deficiência, mas não podemos nos esquecer do aspecto histórico e geograficamente localizado. A intenção não seria de retratar aqui sobre uma esfera de julgamento moral, mas demonstrar como este processo resultou em uma estigmatização no decorrer da Idade Média e que teve influência na transição para o capitalismo, dando imersão desta forma à idéia de que os indivíduos com alguma deficiência deveriam ser colocados no sistema de produção vigente como todos os outros indivíduos.

O capitalismo reconhecido como processo civilizatório, poderoso sistema que repercutiu em grandes mudanças nas sociedades, foi um grande divisor de águas, especificamente no século XVI, com uma forte implementação do ideário liberal, principalmente no âmbito do trabalho. Voltava-se para uma produção de mercado, uma grande acumulação de capital, a ciência em grande desenvolvimento, fez com que o homem tivesse um amplo domínio da natureza, resultando em que a necessidade de subsistência passasse a uma condição de liberdade.

As necessidades mudam e o homem vê a importância de ser o centro do palco, passando assim de um Teocentrismo para o Antropocentrismo. Mesmo com essa mudança de ideal, a igreja não sai de cena assim tão facilmente, fazendo com que a Revolução Francesa tivesse como intuito a quebra da concepção teológica que até o momento vigorava sobre a sociedade (BIANCHETTI, 1998, p. 35).

A ciência se torna produtora de conhecimento, sendo esta manipulada pelo homem, como já dito anteriormente sobre a questão antropocêntrica, o homem detentor do cenário social. Há um exemplo como o de Isaac Newton, que com ele,

[...] impõe-se a visão mecanicista do universo, criando uma nova linguagem em que as metáforas são utilizadas para definir partes do corpo humano: o coração passou a ser chamado de bomba, o rim de filtro, o pulmão de fole. Mais recentemente, o cérebro passa a ser apreendido como o protótipo do computador perfeito. Portanto, o corpo passou a ser definido e visto como uma máquina em funcionamento. (BIANCHETTI, 1998, p.36).

O corpo humano passou a ser visto como uma máquina designando que qualquer tipo de deficiência era relacionado a uma disfuncionalidade de uma peça, como que se o computador não funcionasse perfeitamente, por conter uma diferença ou deficiência.

As formas de produção foram drasticamente transformadas com o decorrer dos séculos. Do artesanato transformou-se em manufatura e desta para a maquinofatura. A forma de produção artesanal era realizada conforme as necessidades de consumo. Com a forma de produção pautada na maquinofatura passou a ser produção em série, já que o mercado era o ditador do ritmo de produção, para atender as necessidades e interesses de lucro e acumulação, fez com que o especialismo entrasse em vigência. Era necessária eficiência acima de tudo, como por exemplo, Taylor (1856-1915) e Ford (1863-1947), que contribuíram em formulações de modelos que facilitassem o processo de produção, resultando na conhecida divisão do trabalho (BIANCHETTI, 1998, p.38).

Nesta esfera, vemos como o capitalismo contribuiu para que os indivíduos procurassem especialização para se adequarem às regras do jogo de produção, para atender as necessidades de mercado, através da educação que ofereceu conforme o desenvolvimento do capitalismo industrial, um preparo para as sociedades em geral. Contudo, os indivíduos com alguma deficiência foram colocados no sistema de produção ou assistidos pela própria sociedade, é desta forma que o próximo passo é entender de como estes foram tratados no sistema escolar de ensino, sendo a educação como fator importante para a apreensão de conhecimento para a formação e integração dos indivíduos no interior das sociedades.

A EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO ESCOLAR

Com a apreensão do contexto histórico dos denominados indivíduos com alguma deficiência nas sociedades, vemos a emergência não só destes em uma educação especializada, mas de uma educação voltada em uma preparação dos indivíduos para o capitalismo, ou melhor, conforme o processo de produção capitalista necessitava. A idéia de uma educação para todos, veio da concepção liberal de igualdade, um dos cinco pilares do liberalismo em que a Revolução Francesa consagrou. Importantes figuras como John Locke (1632-1704), que emerge na luta com a questão de igualdade, surge também no mesmo embalo João Amós Comênio (1592-1670), onde suas idéias são destacadas

na Didática Magna, em obra original intitulada “Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos” (BIANCHETTI, 1995, p. 14).

Bianchetti (1995, p.14) exemplifica que “Comênio tinha os pés bem no chão do seu tempo”, fazendo jus ao que pensava sobre o ensino gradual para os indivíduos, relevando suas especificidades, mas proporcionar um ensino igualitário, assim como o ideal liberal tinha como proposta. Ao contrário de Comênio, a pedagogia da essência tinha como prioridade o ensino homogêneo dos indivíduos, sem se preocupar com as especificidades. Não podendo esquecer que, a pedagogia da essência só perdurou até ao fim da idade média, as classes não tinham condições de aspirar condições de existência diferentes das que já obtinham, ou seja, as classes não poderiam ter esperança de ascensão social dentro da sociedade por meio da educação (BIANCHETTI, 1995, p. 14).

A educação com método homogêneo entrou em crise pelo fato de que, com os referenciais de liberdade e igualdade as classes se viam em esperanças de ascensão social, de que ser pobre não poderia ser a única condição de existência. Com a democratização, a possibilidade de ascensão de uma classe a outra ficou mais disponível para a sociedade, resultando em que a escola fosse um espaço de disputa entre as classes.

Com a crise da pedagogia da essência, entra em vigor a pedagogia da existência, que se preocupava com a questão da heterogeneidade, com as especificidades. Como por exemplo, alguns teóricos que se preocuparam com algumas especificidades na educação, que são Rousseau (1712-1778) na defesa da infância, Pestalozzi (1746-1827) ao cuidado de crianças pobres, Froebel (1782-1852) com jardins de infância e Fénelon (1651-1715) que se preocupou com a educação das moças (BIANCHETTI, 1995, p.15-16).

A pedagogia da essência ao se preocupar somente com o homogêneo e a pedagogia da existência com as especificidades, não conseguiria dar conta das especificidades de cada deficiência inserida no meio escolar. Por outro lado, ao pensar as especificidades no geral do âmbito escolar, os indivíduos com necessidades educacionais especiais não encontraram assim um caminho feliz, do que imaginaram de início, concluindo em uma exclusão dos ambientes escolares das sociedades em geral.

As especificidades da educação com referência aos indivíduos com alguma deficiência enfrentaram uma transformação de influência religiosa para uma visão da medicina, gerando uma total exclusão social, ao passo que, “Em síntese: o remédio era segregá-los já que os excepcionais eram vistos como um perigo para si e para a

sociedade” (BIANCHETTI, 1995, p.16). Gerando assim uma criação de escolas especiais, classes especiais com ensinamentos especializados para estes denominados “diferentes” no sistema escolar em geral.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No Brasil, a educação teve influência do evolucionismo difundido pela ciência moderna como de ideais liberais, estes adquiridos por intelectuais desde o período do Império no país.

Segundo Kassar (1999, p.17);

A crença no “progresso natural” da sociedade, como parte do “progresso natural e necessário de todo o universo”, está presente em vários discursos, sob várias “vestimentas” revestidas (ou não) de um “rigor” mais ou menos científico [...].

Vemos que o progresso natural ou a exaltação ao movimento autônomo da natureza se faz presente também no pensamento positivista, estes primeiramente desenvolvidos por Comte na França. No Brasil obteve importância pelos aspectos de sua filosofia, ao fornecer um meio racional de pôr em evidência as leis lógicas do espírito, de que o ensino científico poderia ser considerado como base da educação geral, sendo esta racional e também como base sólida da reorganização da sociedade. Essas influências se desenvolvem principalmente em sociedades capitalistas industriais, onde a ciência moderna e a valorização do progresso das ciências naturais, fez com que expandisse sobre um movimento natural da sociedade.

Evolução social que na educação brasileira teve importância para uma maior aceitação e entendimento sobre a educação especial, influências por pensamentos liberais e positivistas, pela valorização do pensamento científico a partir do século XIX. Mesmo com essa influência filosófica e científica de alguns teóricos sobre alguns intelectuais brasileiros, a educação especial ainda continha algumas expressões em que Mazzotta (2005, p. 17) identifica;

[...] até o final do século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional aos portadores de deficiência:

Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica⁴, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa⁵.

Expressões estas difundidas na Europa, que ao decorrer da história da educação especial no Brasil, coube como influências para tal efetivação na sociedade, ou seja, tanto no sistema escolar brasileiro como em políticas sociais que se preocupavam com a problemática da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em ambientes escolares regulares. Uma dicotomia que se expandiu desde a época do Império, época esta caracterizada em uma sociedade de base escravocrata e com pouco acesso à educação pela população, em pensar sobre um possível silenciamento sobre os indivíduos com alguma deficiência, mas ao mesmo tempo criações de políticas que atendessem essa população, assim como Jannuzzi (2006, prefácio) discorre que;

[...] na época do Império, caracterizada por uma sociedade rural e desescolarizada, foi possível silenciar completamente sobre o deficiente e esconder aqueles que mais se distinguiam ou cuja presença mais incomodava. Posteriormente, à medida que a organização escolar primária foi obtendo impulso, mas sempre na sua retaguarda, também foram tomadas as primeiras iniciativas no intuito de se organizarem escolas para o deficiente. A exemplo do que ocorre com a educação em geral, torna-se patente um estreito relacionamento entre a educação do deficiente e o modo de organização e reprodução da sociedade.

Não muito diferente Kassar (1999, p. 19) evidencia em seu estudo também de que;

A atenção com a educação nacional propriamente é, de certo modo, inaugurada pelo seu quase silenciamento, quando, em 1824, a primeira Constituição brasileira traz os seguintes compromissos com a educação da população: a gratuidade da instrução primária “a todos os cidadãos” e a criação de colégios e universidades “onde serão ensinados os elementos das ciências, belas-letas e artes”.

A educação entra em vigor, como descrito, conforme os interesses nacionais da organização própria da sociedade sejam em aspectos da economia ou mercado de trabalho, no entanto, o Brasil trava a luta de entrar definitivamente na então proclamada modernidade em que outros países se desenvolviam.

No cenário brasileiro vemos alguns marcos históricos de implantação da educação especial, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos hoje Benjamin Constant,

⁴ Segundo o dicionário escolar da língua portuguesa Michaelis de 2002, a palavra Teratológica corresponde a Teratologia: Estudo das deformações ou monstruosidades orgânicas.

⁵ “A expressão ensino emendativo, de emendare (latim), que significa corrigir falta, tirar defeito, traduziu o sentido diretor desse trabalho educativo em muitas das providências da época” (JANNUZZI, 2006, p.70).

onde José Álvares de Azevedo juntamente com o doutor Xavier Sigaud, este último médico do paço, conseguiram convencer o imperador a criar o decreto para institucionalização definitiva para o atendimento de deficientes visuais em 1854. O Instituto dos Surdos-Mudos (Instituto Nacional de Educação de Surdos, Ines) criado em 1857, foi por influência do professor Eduard Huet, que logo após instalação foi nomeado presidente da Comissão Organizadora do Instituto, pois fora recomendado pela Instrução Pública da França para tal atividade no Brasil, ambos os institutos oficialmente instalados na cidade do Rio de Janeiro (JANNUZZI, 2006, p. 11-12).

Além das iniciativas com os cegos e surdos no período Imperial, também se iniciou o trabalho para deficientes mentais, hoje considerados deficientes intelectuais. A iniciativa teve origem na Bahia em 1874 na cidade de Salvador, com o nome atualizado de Hospital Juliano Moreira. O atendimento prestado aos deficientes mentais deste Hospital ficou em vias de falta de qualificação quanto ao seu tipo de atendimento para deficientes, pelo fato de estar em vias pedagógicas e médicos-pedagógicos (MAZZOTTA, 2005, p.30).

Após iniciativas isoladas, vemos que o poder público toma para si a responsabilidade em criação e manutenção de instituições para atendimento aos indivíduos com necessidades especiais. Até 1950 o número de instituições passava de cinquenta existentes, entre eles sobre domínio de poder público, tanto federais como estaduais e também as instituições privadas. Sendo em destaque algumas delas, como o Colégio dos Santos Anjos em Santa Catarina de 1909 ao atendimento de deficientes mentais, a Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro, de cunho particular criada em 1948, a Escola Estadual Instituto Pestalozzi criada em 1935, por influência dos trabalhos da professora Helena Antipoff, também a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais conhecida APAE na cidade do Rio de Janeiro datada de 1954, entre outras instituições que se destacam nesta época promissora (MAZZOTTA, 2005, p. 31).

O atendimento educacional em vias de ensino público e privado como vimos acima, após 1957, fora visto a emergência que iniciativas oficiais foram criadas em decorrência de um maior atendimento para os indivíduos com alguma necessidade educacional especial, denominadas de Campanhas Nacionais, com ênfase às questões sociais e suas problemáticas. Com isto surgiram decretos que viabilizassem oportunidades e melhoria ao ensino dos alunos com alguma necessidades educacional especial. A primeira a ser instituída foi a campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, denominada CESB, datada de 1957, pelo Decreto Federal nº 42.728. Logo após em 1958, foi criado outro decreto, mas com relação aos deficientes visuais, chamada de Campanha Nacional de

Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, sendo depois de um ano e meio, sofrera transformações e passou a se chamar Campanha Nacional de Educação de Cegos ou CNEC. Campanhas estas fundadas exclusivamente na cidade do Rio de Janeiro e tinha como objetivo tanto conscientizar as populações de vários estados do País, como uma estimulação de governos estaduais e municipais, todos estes em sentido de ampliar cada vez mais o atendimento especializado e coerente para os deficientes (MAZZOTTA, 2005, p. 49 e 50).

Há de se observar que a maioria das entidades foram criadas a partir dos anos 50, ao qual este período sofreu transformações com relação ao Estado Nacional, especificamente época essa governada pelo presidente Getúlio Vargas, em que gastos públicos com a educação teve ênfase para o crescimento de tais entidades (ARANHA, 1996, p. 203).

Jannuzzi (2006, p. 68) identifica ao passo que;

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência; a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular; outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas; há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e centros de reabilitação, geralmente particulares, a partir de 1950, principalmente. Tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização no Brasil, comumente intitulada de substituição de importações, nos espaços possíveis deixados pelas modificações capitalistas mundiais.

A partir dos anos 60, outras campanhas foram instituídas como a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais a CADEME, que foi criado e liderado por iniciativa da Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Destaque para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que a lei n.4.024/61, regulamentando oficialmente a educação com a afirmação de uma política educacional específica. (JANNUZZI, 2006, p.68).

Para regulamentar a política educacional especial, cria-se o órgão Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que visava uma maior efetividade de uma ação política para a problemática da educação especial em nível governamental. Metas estabelecidas para efetivação de pontos essenciais para a educação especial com relação às escolas, instituições para ensino especializado desse alunado, formação para o trabalho, aos que eram pouco ou bastante integrados no sistema regular de ensino, percepção da família,

militantes dessa educação e da própria comunidade. Houve também a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) em 1985 e o CONADE, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência em 1999, com intuito de algumas realizações na sociedade civil. (JANNUZZI, 2006, p. 138-143).

A educação especial no Brasil sofreu transformações ao longo da história, passando de caráter assistencial, como reabilitação de alguns indivíduos em âmbito médico-pedagógicos, filantrópico-assistenciais, causando segregações, exclusões e inclusões no sistema escolar. Por este crescimento de atendimentos por parte das entidades, instituições de ensino especial, sejam de âmbito estadual, federal ou privado, desde os fins dos anos 1960, juntamente até os anos 1990 com a então Declaração de Salamanca datada de 1994, enfatizou-se uma repercussão sobre a necessidade de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, com criações de escolas e classes, todas estas finalmente estabelecidas pela LDB n.9394/1996, com o quinto capítulo dedicado ao ensino especial e suas necessidades primordiais para inclusão escolar dos alunos já citados (JANNUZZI, 2006, p.196).

As mudanças foram significativas, pois na década de 1970 as verbas desse tipo de educação eram vindas dos estados, e com a maior atenção como a da LDB, juntamente com o MEC, proporcionou que criassem legislações específicas legais para melhor funcionamento de uma educação especial que por muito tempo foi declarada superficialmente e que os atendimentos foram realizados de forma incoerente conforme propunham.

Não podemos esquecer sobre a forte luta dos próprios deficientes neste cenário educacional, onde contribuíram para a elaboração da legislação, como exemplo, a Constituição de 1988, considerado como período democrático no país. Dentre seus objetivos,

Inclui no Inciso IV, “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”; Inciso V, “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovarem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (MAZZOTTA, 2005, p. 76).

Vemos que com o decorrer das décadas, foram criados dispositivos para maior atendimento dos considerados deficientes na sociedade brasileira. Mesmo com interesses como vimos desde a época do Império, até os dias atuais do governo brasileiro de se

preocupar em colocar o país no proclamado século XXI, de qualquer forma, houve melhorias no que condiz sobre a existência destes na sociedade, mesmo que levadas superficialmente e somente para uma parcela da população.

O intuito aqui foi colaborar, para que nós como indivíduos participativos da sociedade brasileira, possamos adquirir mais um conhecimento mesmo que superficial sobre esta problemática da educação especial que se desenvolveu em todas as épocas. Assim como Mazzotta (2005, p. 65) nos explica que,

Além do que foi aqui delineado sobre a trajetória da Educação Especial no Brasil, a compreensão e a explicação dos eventos mais significativos deverá ser favorecida com o aprofundamento da análise crítica das políticas públicas nesta área.

Desta forma, delinear o processo histórico da educação especial no Brasil nos dirige ao olhar sobre como mais uma modalidade de ensino é pensada no país, necessitando de maior atenção para a realidade de como realmente se desenvolvem nos ambientes escolares.

A SOCIOLOGIA, EDUCAÇÃO E OUTROS OLHARES

Levando em conta que,

A influência das coisas sobre os homens é diversa, já pelos processos, já pelos resultados, daquela que provém dos próprios homens; e a ação dos membros de uma mesma geração, uns sobre outros [...] (DURKHEIM, 1955, p. 34).

Desta forma, ao longo da história, a educação foi vista como um meio que proporcionasse uma integração, inclusão ou uma socialização dos indivíduos ao meio social em que viviam e no comprometimento ao desenvolvimento do conhecimento para estes.

Visto que para Candido (1955, p. 11),

[...] Por “situação de ensino”, entendo o sistema de relações, de papéis, de valores, determinados no ensino e pelo ensino, manifestando-se principalmente na escola, concebida não apenas como agência de instrução, mas como grupo social complexo, num dado contexto social.

Entender a escola como um meio de relações sociais, é apreender de certa forma, a heterogeneidade no interior dessas instituições. A escola sendo um lugar de diversidade, como cada qual com suas especificidades e suas relações sociais, diferem na própria dicotomia quando encontram alguém que não esteja nos padrões e são assim considerados “anormais” no meio social escolar. São categorias que a própria sociedade proporciona e que de fato analisam e definem os indivíduos, neste aspecto Goffman (1980, p. 11) define, “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”.

Ao passo que no meio escolar, quando nos deparamos com alguma “diferença”, à partir dessa categorização em que abarcamos, buscamos entender qual a “identidade social” desse indivíduo, sendo que, a busca normativa se faz presente, pois são exigências em que a sociedade produziu, resultando em aspecto encontrado sem reflexão e sem atenção (GOFFMAN, 1980, p. 12).

Assim como Bourdieu (1997, p. 483) nos afirma que,

A diversificação das ramificações da rede de ensino, associada a procedimentos de orientação e seleção cada vez mais precoces, instaurou práticas de exclusão brandas, ou melhor, *imperceptíveis*, no duplo sentido de contínuas, graduais e sutis, insensíveis, tanto por parte de quem as exerce, como daqueles que são as vítimas.

A própria instituição escolar sendo, como ditos os autores, “sistema de relações” e a “influência das coisas sobre os homens”, levamos a pensar que esta própria produz exclusão, podendo ser de caráter imperceptível para os indivíduos. A proposta aqui não é de evidenciar o caráter de exclusão somente do sistema escolar, mas como os processos sociais, assim como a família, a comunidade em que os indivíduos fazem parte, podem produzir também hábitos que favoreçam um imperceptível “preconceito”, este gerado pela normatização em que as sociedades ao longo da história produziram e que muitas vezes são refletidos no meio escolar.

Resulta deste processo de normatização, conforme vimos com a criação de “corpos” necessários que cada sociedade produziu, o conceito de “estigma”, sendo um estereótipo que criamos para categorizar certos tipos de indivíduos, um atributo depreciativo, atributos esses que denominam a normalidade dos outros (GOFFMAN, 1980, p. 13).

Goffman (1980, p. 13-14) ainda ressalta em que,

[...] Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo [...]. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original.

É desta forma, em que atributos são designados a certos tipos de indivíduos pelas suas diferenças, que José Saramago (1922-2010) questiona,

E se fôssemos todos cegos? Depois praticamente no segundo seguinte eu estava a responder a esta pergunta que eu havia feito. Mas nós realmente somos todos cegos. Cegos da razão, cegos da sensibilidade, cegos enfim, tudo aquilo que faz de nós não sermos razoavelmente funcionais no sentido da relação humana. Mas pelo contrário, um ser agressivo, um ser egoísta, um ser violento, isso é o que nós somos. E o espetáculo que o mundo nos oferece é precisamente esse, um mundo da desigualdade, um mundo de sofrimento, sem justificação, com explicação, porque podemos explicar o que se passa, mas não tem justificação.⁶

O questionamento feito por Saramago (1922-2010) nos faz refletir sobre a importância de nosso próprio olhar frente às desigualdades, não somente mais o olhar determinado historicamente pelas sociedades, mas uma atenção ao cotidiano, as práticas sociais com cada indivíduo “diferente” presente em variados meios sociais. As práticas nos meios escolares podem refletir dessa forma em uma sociedade que denomine certos tipos de categorias necessárias para se viver em um determinado meio social, sendo assim desta forma, a necessidade em percorrer com os alunos do Ensino Médio, para que os indivíduos possam refletir e analisar as situações escolares presentes, para que as diferenças possam ser naturalizadas nos ambientes de ensino brasileiros, acabando desta maneira com as desigualdades escolares tão presentes em nosso contemporâneo.

⁶ “Janela da Alma”, filme de João Jardim e Walter Carvalho, Brasil, 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a exclusão e inclusão social e escolar de indivíduos com necessidades especiais, contribui para que entendamos como a designação “diferente” fora criada conforme a necessidade das sociedades ao decorrer das épocas, principalmente no processo capitalista de produção. A exclusão e inclusão destes não poderia ter sido desenvolvida de outra forma, fazendo referência às instituições de ensino, pois como já citado, a educação de uma forma ou outra, fora um dos processos em que a sociedade designou como um ambiente de formação, preparação dos indivíduos para uma vida em sociedade, que em sua maior parte de desenvolvimento promoveu situações de segregações para com os indivíduos com alguma deficiência.

Conforme o decorrer das épocas, vimos que mesmo em diferentes situações e pensamentos, o indivíduo com alguma deficiência, ficou sempre à margem do sistema social, por serem considerados incapazes de reagir ao funcionamento e modernização das sociedades. À partir dessas posturas e compreensão frente à imagem destes, criaram-se, consciente e inconscientemente, estigmas, preconceitos que colaboraram para que estes fossem cada vez mais excluídos.

A proposta sobre a reflexão teve intuito, de estimular os indivíduos, estes do ensino médio, sobre como produzimos denominações, atributos que muitas vezes não temos consciência de tal, por serem atitudes “normatizadas”, seja em cada meio social vivido ou nos ambientes escolares em que participam. A historicidade marcada pela criação de leis e documentos oficiais referentes ao atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, fora necessário para que os alunos apreendessem a noção de que a inclusão escolar destes, obteve a atenção para que fosse regulamentada, mas que somente isto não bastaria para que a proclamada inclusão fosse realmente desenvolvida com qualidade.

Desta forma, a oficina tentou contribuir para que a sociedade se atente como a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais é realmente desenvolvida no cotidiano, fazendo-se necessário não somente a atenção para os documentos, mas para as práticas dos sistemas de ensino com relação a estes alunos com alguma necessidade educacional especial no país.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/ deficiência**. Brasília: Corde, 1994, p.14.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Série Educação Especial).
- BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos Históricos da Educação Especial**. Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. 03, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2ª ed., 1997, p. 481-486.
- CÂNDIDO, Antônio. **O papel do estudo sociológico da escola na sociologia educacional, em Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia**, ed. Sociedade Brasileira de Sociologia, São Paulo, 1955.
- CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Edições Melhoramentos, 4ª ed., 1955.
- GOFFMAN Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva**. São Paulo, SP: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2008.
- JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2ª ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea).
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história dos sujeitos**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª ed., São Paulo, SP: Cortez, 2005.
- PESSOTI, Isaías. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.